



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONETRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JULIANA VIDAL GOMES

BENEFÍCIOS SOCIAIS: OS IMPACTOS NA RENDA FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS

MONTEIRO
2021

JULIANA VIDAL GOMES

BENEFÍCIOS SOCIAIS: OS IMPACTOS NA RENDA FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Mst. Aluska Ramos de Lira

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633b Gomes, Juliana Vidal.
Benefícios sociais [manuscrito] : os impactos na renda familiar dos beneficiários / Juliana Vidal Gomes. - 2021.
27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Aluska Ramos de Lira ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Bolsa família. 2. Auxílio emergencial. 3. Famílias. 4.
Renda familiar. I. Título

21. ed. CDD 361.61

JULIANA VIDAL GOMES

BENEFÍCIOS SOCIAIS: OS IMPACTOS NA RENDA FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade

Aprovada em: 26/05/2021.

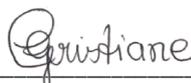
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Me. Aluska Ramos de Lira - (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.º Me. José Humberto do Nascimento Cruz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Me. Cristiane Gomes da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

MONTEIRO
2021

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Perfil dos Respondentes

Tabela 02: Renda Mensal dos respondentes

Tabela 03: Dados sobre o recebimento dos programas sociais

Tabela 04: Gerenciamento de Renda dos respondentes

Tabela 05: Impactos do Auxílio Emergencial na vida dos respondentes

Tabela 06: Uso de Crédito

Tabela 07: Atitudes financeiras referentes a poupança.

Tabela 08: Consumo planejado dos respondentes

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1.	Benefícios sociais: programas de transferência de rendas.	8
2.2.	Educação financeira	10
3.	METODOLOGIA	11
4.	ANÁLISES DOS DADOS	12
4.1.	Perfil/composição familiar	12
4.2.	Renda familiar	14
4.3.	Perguntas sobre gestão financeira	16
<i>4.3.1.</i>	<i>Gestão financeira</i>	<i>16</i>
<i>4.3.2.</i>	<i>Consumo de crédito</i>	<i>17</i>
<i>4.3.3.</i>	<i>Poupança</i>	<i>18</i>
<i>4.3.4.</i>	<i>Consumo planejado</i>	<i>18</i>
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
	ANEXO – A – QUESTIONÁRIO	23

BENEFÍCIOS SOCIAIS: OS IMPACTOS NA RENDA FAMILIAR DOS BENEFICIÁRIOS

Juliana Vidal Gomes

RESUMO

Este trabalho teve por finalidade identificar e analisar como as famílias beneficiárias do programa assistencial Bolsa Família, gerenciam seus orçamentos domésticos. Adicionalmente foi investigado a contribuição que o referido programa vem trazendo para a melhoria de vida das famílias beneficiárias em relação à redução do nível de pobreza. Sabendo-se que os programas sociais, podem exercer importante contribuição na vida das pessoas, impactando diretamente em possíveis melhorias, e redução nos níveis de pobreza. Nesse sentido a referida pesquisa foi conduzida, metodologicamente, a partir de um questionário direcionado a 342 famílias beneficiárias do bolsa família, que versaram sobre os seguintes grupos de perguntas: perfil familiar, renda familiar, educação financeira, gestão financeira, consumo de crédito, poupança, consumo planejado. Onde 110 famílias compuseram a amostra final da pesquisa. Os resultados indicaram que os programas assistências, Bolsa Família e Auxílio Emergencial, têm contribuído para melhorias na condição de vida de seus beneficiários, embora ainda dependam fundamentalmente desse recurso para as suas sobrevivências. Já no que se refere ao gerenciamento de suas rendas, ficou evidenciado que a maioria, não mantêm um controle sobre seus gastos. Por sua vez, o uso do cartão de crédito não é a prática mais adotada pela a maioria. Já o fato de poupar dinheiro, mecanismo este também bem importante, que pode refletir uma boa organização financeira, maior parte dos respondentes, afirmaram não poupar, tão pouco dispor de nenhuma reserva financeira.

Palavras – Chaves: Bolsa Família; Auxílio Emergencial; Famílias; Renda.

ABSTRACT

This work aimed to identify and analyze how the beneficiary families of the Bolsa Família assistance program manage their household budgets, identify the income and expenses of each family, as well as analyze the profile and composition of each family group. In addition, the contribution that the program has been making to improving the lives of beneficiary families in relation to reducing the level of poverty was investigated. Knowing that social programs can make an important contribution to people's lives, directly impacting possible improvements, and reducing levels of poverty. In this sense, this research was conducted, methodologically, from a questionnaire addressed to 342 families, which addressed the following groups of questions: family profile, family income, financial education, financial management, credit consumption, savings, planned consumption. Where 110 families made up the final sample of the research. The results indicated that the assistance programs, Emergency Aid and Bolsa Família, have contributed to improvements in the living conditions of their beneficiaries, although they still fundamentally depend on this resource for their survival. Regarding the management of their incomes, it was evident that the majority do not maintain control over their spending. In turn, the use of a credit card is not the most adopted practice by the majority. The fact of saving money, a mechanism that is also very important, which may reflect a good financial organization, was another aspect that represented a large majority, since most respondents said they did not save, nor have any financial reserves.

Keywords: Bolsa Família; Emergency Aid; Families; Income.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que busca auxiliar as pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, no controle eficiente de seus respectivos patrimônios. Para tanto fornece ferramentas capazes de analisar, interpretar e registrar os fatos que fazem parte dos aspectos financeiros de qualquer entidade, sendo fundamental na gestão de qualquer finança (COELHO, 2010).

Nas palavras desse autor, pensar em gerenciamento de renda, não se restringe apenas as empresas, obviamente que estas são o foco de aplicação dos conhecimentos da área de contabilidade. No entanto, se faz referência ao controle de orçamentos domésticos, mesmo sem conhecimentos formalizados, as famílias dentro das suas possibilidades, muitas vezes, lançam mão de instrumentos próprios da contabilidade, para que haja o controle e uso de seus respectivos orçamentos.

Dessa forma, administrar os ganhos pessoais é de fundamental importância para que as necessidades básicas de cada família sejam supridas, e ao mesmo tempo a mesma não incorra em situações de endividamento.

Nesse sentido, as pesquisas sobre a importância da aplicação da contabilidade nas finanças pessoais vêm avançando. Assim, de acordo com Casagrande (2017) a contabilidade vem desde o seu surgimento, desempenhando, até hoje, um papel bem fundamental na vida dos indivíduos, e na sociedade com um todo. Já na sua origem, já era utilizada para auxiliar o homem a manter o controle de suas riquezas, bem como os seus excedentes de produção. Ratificando, nas palavras de Coelho (2010), esta ciência tem como foco de estudo, o patrimônio das entidades, e quando é utilizada de forma adequada pode ser de grande valia para o crescimento e desenvolvimento do orçamento doméstico.

Atrelando orçamento doméstico à educação financeira, Lanza *et. al* (2020) afirmam que esta vai muito mais além de que uma simples busca por estabilidade econômica, mas, um controle de gastos, seja das pessoas físicas e/ou jurídicas, onde educar financeiramente uma sociedade passa a ser um grande desafio, e sobretudo em uma sociedade como a nossa, na qual, o salário mínimo está abaixo de um nível minimamente necessário para o brasileiro suprir as suas necessidades básicas. Outro aspecto de atenção é o desemprego, atualmente, com níveis mais elevados, como consequência do contexto pandêmico.

Ademais, com os impactos econômicos e financeiros decorrentes da crise sanitária da COVID-19, em todo o mundo, a população de baixa renda, passa a sofrer ainda mais com os reflexos nas suas finanças.

Diante desse contexto, dentre as medidas implantadas pelo governo federal, com o intuito de amenizar os impactos financeiros acarretados pela pandemia, está a criação do Auxílio Emergencial, por intermédio da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, cujo objetivo foi, inicialmente, conceder três parcelas de R\$ 600,00 para as pessoas que atendessem os critérios estabelecidos dispostos na norma. No entanto, tal benefício foi direcionado para as pessoas que não tinham nenhum tipo de renda. Tal auxílio surge em um contexto que atualmente toda a população mundial está inserida, qual seja, o surgimento do vírus SARS-CoV-2, que causa a Covid-19, que tem gerado grandes impactos econômicos no mundo, visto que uma das prescrições sanitárias é o distanciamento social, na tentativa de inibir uma propagação maior do vírus. Assim o programa em questão, veio para atender a um público que já fazia parte do Bolsa do Família, outro programa mais antigo, criado em 2004 pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004., cuja função é combater a fome e a extrema pobreza.

Nesse sentido, o estudo teve como foco de estudo o orçamento financeiro de famílias de baixa renda que fazem parte do Programa de Transferências de Renda do governo federal – O Bolsa Família. A escolha do grupo para a referida pesquisa, dar-se pelo fato de as famílias que compõem tal grupo, serem classificadas a priori como de baixa renda, sendo assim, o escopo da pesquisa, tendo como campo de pesquisa o município de Zabelê, uma pequena cidade do cariri paraibano, cuja renda per capita de acordo com o IBGE (2018) era de R\$ 10.724,45. O site do IBGE, ainda apresenta os seguintes dados, em relação a renda do município em foco. No ano de 2018, o salário médio da população era de 1,7. Assim temos uma taxa de 11.3% de pessoas ocupadas, em relação a sua população total. Comparando com outros municípios paraibanos, Zabelê ocupa as posições 67 e 37, respectivamente. No que se refere aos domicílios cujos rendimentos mensais são de até meio salário mínimo por pessoa, a cidade tinha 48.8% da população em tais condições, o que a coloca na posição 160, dos 223 municípios paraibanos.

Vale destacar, que atualmente os beneficiários do Bolsa Família representam uma grande parte da sociedade brasileira, que muitas vezes dependem quase que exclusivamente, de tais recursos para o atendimento as suas necessidades básicas.

O controle do orçamento financeiro no âmbito familiar é um aspecto que precisa ser bastante discutido nos meios acadêmicos e mais ainda com as famílias, tendo em vista que a contabilidade doméstica pode auxiliar no controle dos gastos, nos quais as famílias colocam suas prioridades, e evitam decisões que possam prejudicar a saúde de suas finanças. Nesse sentido dissertar sobre educação financeira, com famílias de baixa renda, é trazer o debate e avanços para a literatura, de modo a identificar e retratar a situação financeira dessas famílias, bem como subsidiar os usuários da informação contábil como um todo; não somente agentes governamentais integrantes do primeiro setor, mas também entidades de segundo e terceiro setor; de informações para a tomada de decisões, que auxiliem do desenvolvimento de ações e políticas públicas, com vistas a contribuir para a redução da pobreza, viabilizando, assim, o desenvolvimento econômico e bem-estar social.

De acordo com Rocha (2011, p. 02) o programa Bolsa Família, no Brasil, vem ganhando grande visibilidade internacional, despertando interesse dos estudiosos em política social, já que o mesmo atende um número considerável de famílias (13,9 milhões), e tem gerado resultados muito positivos.

Trabalhos dessa natureza contribuem na apresentação de resultados precisos, mostrando como as famílias brasileiras estão, atualmente, diante de um contexto de tantas incertezas econômicas e inflação, gerenciando e aplicando os seus recursos.

Dada a importância, em analisar a importância dos benefícios sociais, Bolsa Família e Auxílio Emergencial, para a população de baixa renda, o estudo norteou-se por uma questão central: Como os benefícios sociais impactam a renda familiar dos beneficiários? Para tanto o objetivo geral foi: verificar quais os impactos dos benefícios sociais na renda familiar dos beneficiários. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar e analisar como as famílias beneficiárias do programa assistencial bolsa família, gerenciam seus orçamentos domésticos, identificar as receitas e despesas de cada família; analisar o perfil, composição de cada grupo familiar; verificar a contribuição na melhoria de vida das famílias beneficiárias em relação a redução do nível de pobreza.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Benefícios sociais: programas de transferência de rendas.

De acordo com estudo feito por Rocha (2011), os programas brasileiros, que se tratam de transferências de rendas, já existiam no Brasil desde a década de 70. No entanto não apresentavam muita visibilidade, eram destinados para um público muito específico, qual sejam, idosos e pessoas com deficiência, que não dispunham de recursos monetários suficientes para sua sobrevivência. Assim a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual foi criada em 1993, foi dada maior importância, devido a sua maior abrangência, bem como o seu valor, que passou a ser de um salário mínimo.

A partir de então começaram a surgir outros programas de transferência de rendas, outros, justamente, por ser diferente daqueles do âmbito do LOAS. Nesse sentido, eram propostas, direcionadas para famílias pobres, as quais tinham crianças em idade escolar. Tais propostas faziam parte das ideias presidenciais do PT, ocorridas nas eleições de 1989 (ROCHA, 2011).

Dessa forma, como afirma Rocha (2011), com a derrota nas eleições, a proposta do programa, que inicialmente ficou conhecido como Bolsa Escola, foi implantado de uma forma mais pontual, em locais onde a ocorrência da pobreza não atingia níveis mais críticos e ainda as restrições financeiras do poder local era menos grave.

No entanto com o passar de alguns anos, nos anos 1996/1997, foi ficando claro que os efeitos redistributivos dos municípios, na tentativa de estabilização, geração de emprego e renda estavam se mostrando insuficientes. Mas mesmo assim, muitos municípios brasileiros, começaram a implantar programas de renda mínima, custeados com recursos próprios. Com essas tentativas, que Rocha (2011), chama de “atabalhoadas” dos municípios, que o governo federal aprovou um projeto de lei (Lei 9.533 de 10 de dezembro de 1997), o qual previa apoio financeiro aos respectivos municípios. Os resultados não foram animadores, dado que poucos municípios aderiram a respectiva parceria. Dadas essas tentativas frustradas entre o governo federal e os governos municipais, houve o relançamento do programa Bolsa Escola em 2001, pelo governo federal. Daí em diante outros programas começaram a ser criados, sobretudo na década de 90, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação.

No governo Lula (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011), foi possível a unificação e/ou coordenação dos referidos programas e ainda, bem como uma significativa ampliação do público alvo, ou seja, universalizou-se a elegibilidade do benefício para todas as famílias de baixa renda.

Após um início confuso e com muitas contradições operacionais, em outubro de 2003, o programa de transferência de renda, foi lançado sob a denominação de Bolsa Família, o qual foi instituído pelo governo Lula, sob forma de Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei Federal n. 10.836, em 09 de janeiro de 2004.

Essa unificação, segundo Ângelo (2014), só foi possível graças ao Cadastro Único, que criado em 2001, ajudou muito na coleta dos dados das famílias, e como sabemos a Caixa Econômica Federal é o órgão operador e pagador do referido programa. O citado programa tem como objetivo principal ajudar as famílias brasileiras, em situação de pobreza, o que representa uma espécie de auxílio imediato, para aqueles que se encontram passando necessidades econômicas. Outro ponto refere-se ao acompanhamento de tais famílias, pelos serviços de saúde e assistência social dos municípios, objetivando diminuir a evasão escolar dos, para que possam amenizar o ciclo de pobreza, no qual estão sujeitas tais família.

Ângelo (2014), ainda pontua que as condicionalidades, os critérios de elegibilidade são de suma importância para um crescimento e desenvolvimento efetivo do respectivo programa. Embora esse mesmo estudioso enfatiza que um dos grandes desafios do mesmo é justamente o acompanhamento e cumprimento de tais condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. Vale mencionar que o Bolsa Família que vêm desempenhando e trazendo bons resultados para o Brasil tanto do ponto de vista social, como econômico

Assim depois de dez anos de implantação o mesmo tem contribuído diretamente para a redução da pobreza e desigualdade social.

Corroborando com essas ideias Casonato; Corrêa; Paiva (2018) afirmam que na história de nosso país não há, desde a década de 60, pelo menos documentando, nada que se compare a redução da desigualdade social observada desde 2001. Esses autores pontuam que segundo dados do Banco Mundial os indicadores de 2005 situavam o Brasil como o décimo país em desigualdade no mundo, antes o país ocupava o terceiro lugar. Assim o programa tem gerado impactos sobre a extrema pobreza do que simplesmente a pobreza. Isto porque segundo os mesmos autores, a pobreza acaba sendo inflada pelo número de pessoas que saíram da condição mais baixa, extrema pobreza, e passaram a se enquadrar na categoria de pobres a partir da renda distribuída pelo o Bolsa Família.

O respectivo programa tem um papel muito importante, principalmente no que se refere as crianças e adolescentes, possibilitando maior acesso e permanência a educação, conseqüentemente tornando-os cidadãos qualificados, com maiores chances no mercado de trabalho e melhorias na condição de vida dos mesmos (ANGÊLO, 2014). Dessa forma, tantas crianças e adolescentes que paravam seus estudos para trabalharem e assim poder contribuir com a renda financeira de suas famílias, o que acarretava trabalhadores com pouca ou nenhuma formação, recebendo “salários” muito baixos, e assim acabavam contribuindo para o ciclo de pobreza, ao qual estavam submetidos.

Nesse sentido, Campos (2020) ressalta que diante da maior crise sanitária mundial, faz-se necessário garantir o mínimo de proteção às famílias em situação de vulnerabilidade social, já que as conseqüências acarretadas pela pandemia são agravadas ainda mais nas classes sociais mais baixas, ou seja, com um poder aquisitivo menor. Nesta mesma perspectiva Quinzani (2020) ressalta que o Brasil vem passando por uma crise econômica, que foi iniciada em meados de 2014, e com a pandemia houve uma disparada nas demissões, fechamentos de postos de trabalho, aumentando assim os níveis de pobreza.

Corroborando com esse pensamento, Costa (2020), pontua que a pandemia, impactou mais quem vive na informalidade e reside em regiões precárias, isto é, aquelas pessoas que tem rendimentos baixos e irregulares. Onde, no Brasil o trabalho informal, em 2009, ultrapassava os 50%. Dessa forma, além da crise sanitária, o atual contexto pandêmico, tem promovido o aumento do desemprego.

Com a adoção mais sistemática de medidas para a contenção do vírus, diversos seguimentos, principalmente aqueles chamados não essenciais, têm sofrido diretamente com a crise. Houve muitos fechamentos de pequenas empresas, o desemprego aumentou, trabalhadores informais, entre outras conseqüências. Na busca de auxiliar a população mais afetada pela crise sanitária, o então governo federal, promulgou a lei acima citada (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020), que regulamentou a criação de outro programa social, que além de já beneficiar os usuários do Bolsa Família, ainda foi direcionado para outras famílias, que não faziam parte do programa, mas que de alguma forma estavam sem nenhuma renda e/ou haviam perdido os seus empregos.

Nesse sentido, o programa em foco foi denominado de Auxílio Emergencial, que teve como foco inicial a concessão de um auxílio, por três meses, de R\$ 600, 00 reais para trabalhadores, que obedecem a alguns requisitos estabelecidos em lei. Um ponto a se destacar, foi a substituição, durante o período de vigência do respectivo auxílio, pelo Bolsa Família. Dessa forma, por ser uma contribuição maior, quem já atendia os requisitos para o recebimento do Bolsa Família, automaticamente, já estava apto ao recebimento do auxílio emergencial, para tanto o governo federal usou como fonte de dados, as informações declaradas pelas respectivas famílias, através do CadÚnico. Vale mencionar que quando a mulher fosse a provedora monoparental, estaria apta ao recebimento de duas cotas, ou seja, o valor de R\$1.200, 00 (BRASIL, 2020).

Como se percebe o auxílio em foco, tem uma pretensão específica, embora esteja destinado não só as famílias de baixa renda, mas seu alcance é maior, como trabalhadores informais e microempreendedores individuais, cujo objetivo é uma espécie de proteção/ajuda financeira, de cunho especificamente emergencial, ou seja, no período de enfrentamento da crise do Covid 19.

2.2. Educação financeira

Com o aumento da inflação, a qual fechou o ano de 2020 a 4,52% acima do centro da meta do governo que era 4%. Segundo o IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) este foi o maior nível para o ano, desde 2016. Assim o - IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de dezembro de 2020, apresentou uma alta de 1,35%, 0,46 ponto percentual (p.p.) acima do resultado de novembro (0,89%). Essa foi a maior variação mensal registrada desde fevereiro de 2003, quando o IPCA foi de 1,57%. Em dezembro de 2019, a variação havia sido de 1,15%. Para o cálculo do índice do mês, foram comparados os preços coletados no período de 28 de novembro a 29 de dezembro de 2020 (referência) com os preços vigentes no período de 28 de outubro a 27 de novembro de 2020 (base). (IBGE, 2020)

Diante desse cenário, as famílias de menor renda passam a ser mais impactadas, inclusive com os bens de consumo essenciais, sendo ainda mais necessário suplantar a renda dessas famílias que já recebiam o benefício do Bolsa Família, e ainda mais educar financeiramente as mesmas para que possam tomar decisões mais conscientes, bem como de possíveis riscos, e conseqüentemente fazerem escolhas assertivas e sustentáveis em relação à administração de seus recursos para o próprio bem-estar e conseqüentemente da sociedade (GANS, et al, 2016)

Nesse viés, faz-se necessário discorrer sobre alfabetização financeira, como um aspecto que vai muito além do simples fato de economizar, seria fornecer conhecimentos aos cidadãos para que os mesmos possam decidir de forma consciente como usar o seu dinheiro. Nas palavras de Cardoso; Silva; Vicente (2018) o termo alfabetização financeira, que vem do inglês (Financial Literacy), vem sendo mundialmente reconhecido e ao mesmo tempo tem ganhado notoriedade, dada a sua importância para manter o desenvolvimento econômico, bem como manter a estabilidade financeira de um país. Nesse sentido, os autores ao retomarem Hung, Paker e Yoong (2009), definem alfabetização financeira, “[...] como a capacidade de usar conhecimentos e habilidades para gerir de forma eficiente os recursos financeiros, adequando as necessidades e desejos dos indivíduos para que desenvolvam uma saúde financeira plena” (CARDOSO; SILVA; VICENTE, 2018, p. 04).

Nesta mesma perspectiva Lanza *et. al* (, 2020) afirma que pensar em educação financeira no Brasil é um grande desafio, isto é, torna-se raro discussões sobre esse aspecto, sobretudo em classes de baixa renda. Portanto os mesmos apontam que 70%

dos brasileiros não conseguem chegar ao final do mês com dinheiro, 49% não sabem controlar suas contas pessoais, não sabendo informar onde gastam, nem com o que gastam, o que pode gerar endividamento.

Outro aspecto destacado pelo os autores em foco, ao exporem um estudo desenvolvido pelo Banco Central em parceria com o Serasa Experian e Ibope no ano de 2018, é que 56% dos entrevistados, no respectivo estudo assumiram que não fazem nenhum tipo de orçamento doméstico, e ainda 69% afirmam que não conseguiram poupar nada da renda que receberam nos últimos 12 meses.

E ao fazerem menção a diferença comportamental entre as classes baixas e altas, Lanza *et. al* (, 2020, p.21), ressaltam que “[...] os pobres e a classe média trabalham pelo dinheiro. Os ricos fazem o dinheiro trabalhar para eles. Essa é a diferença do nosso país, os ricos tem mais informação começando na sua própria criação seja na escola particular e na sua educação com os pais”.

Nesse sentido os autores defendem que na medida que um sujeito tem a compreensão, mesmo que seja de forma superficial, que o controle financeiro pode ajudar e muito na transformação de suas vidas, e o mesmo passa a ter mais consciência na sua tomada de decisão.

Borges (2013, p.03) corrobora com as ideias acima expostas, ainda ressaltando que o dinheiro tem uma participação direta em todos os momentos de vida das pessoas

Já ao retomar os estudos de Stehling e Araújo (2008), o autor resalta que “[...] a educação financeira deve ser priorizada e iniciada o mais cedo possível para que adquirir uma relação saudável com o dinheiro para conquistar a independência econômica e ter consciência de que lidar com o dinheiro é uma situação utilizada no dia-a-dia. Ainda há uma discussão de que a educação financeira, mais ainda nas classes de baixa renda, deveria ser disciplina obrigatória nas escolas, a justificativa se daria pelo fato de que os pais não dispunham de tais conhecimentos para repassar para os seus filhos. No entanto, as iniciativas ainda são pouco efetivas, para prevenir uma questão que vem cada vez mais se tornando presente em nosso país, o endividamento.

O mesmo autor (BORGES, 2013) ainda pontua que educar financeiramente os indivíduos não deve ser um privilégio apenas das famílias ricas, pelo contrário deveria ser os mais pobres, que são os que menos dispõem de recursos, e a quem se deve dar o conhecimento, com urgência, de como ganhar dinheiro, gastar e um dos pontos também fundamentais – poupar.

Nesse viés, vale destacar a necessidade de discussões a respeito até do consumo, aspecto que atualmente vem sendo muito debatido, já que esse mesmo cidadão que trabalha, produz riqueza, é ao mesmo tempo um consumidor, mas, “Precisa, por conseguinte, ser um consumidor crítico, capaz de estabelecer juízos, tomar decisões, exigir direitos, conhecer seus deveres e se posicionar, permanentemente em face dos desafios de ser cidadão” (MAIA, 2000, p.93 *apud* BORGES, 2020, p. 04).

Dessa forma, a educação financeira tem se tornado uma variável muito importante para auxiliar as pessoas quando aos seus planejamentos financeiros, gerenciamento de rendas e possíveis investimentos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa em foco é descrita como exploratória, pois esses tipos de pesquisas enquadram-se nos estudos que apresentam menor rigidez no planejamento, e suas análises são qualitativas. Dessa forma, parte-se de uma amostra pequena de dados, para a definição de padrões aproximativos de uma dada realidade, não tendo a pretensão de refutar ou confirmar hipóteses, mas sim, realizar descobertas.

Nesse sentido, utilizou-se do método qualitativo. Assim, ao assumir uma perspectiva qualitativa já que esse método tem por objetivo o conhecimento de uma realidade, segundo os dados fornecidos pelos sujeitos participantes. Nesse sentido descreve-se o perfil familiar, a renda mensal de cada família, bem como o comportamento financeiro de cada grupo familiar.

O programa Bolsa Família no município de Zabelê, cidade situada no cariri paraibano, atende 342 famílias, residentes tanto na zona rural, como na zona urbana.

Menciona-se que a pesquisa se utilizou, inicialmente do banco de dados disponíveis no CadÚnico do município já citado, instrumento este criado em 2001, pelo Decreto nº 3.877, e ainda regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 2007. Cadastro este que tem como objetivo identificar e caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras, que pertencem a baixa renda. É obrigatório que todos os municípios possuam essa base de dados, cuja função é a seleção dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal. Dessa forma, foi utilizada também essa ferramenta para coletas de dados.

Assim foi feito um recorte no número de famílias para que fossem definidos padrões generalizados. A descrição e apresentação dos dados no referido método é uma distribuição de frequências, isto é, tal apresentação geralmente é feita de forma tabular ou gráfica. O estudo ao assumir essa perspectiva qualitativa teve por objetivo o conhecimento de uma realidade, segundo os dados fornecidos pelos sujeitos participantes.

Já no que se refere à técnica utilizada para a coleta de dados, foi feito uso de um questionário estruturado. Dessa forma o mesmo foi construído, com perguntas fechadas (dicotômicas, tricotômicas e/ou de múltiplas escolhas), que versaram sobre os seguintes grupos de perguntas: perfil familiar, renda familiar, educação financeira, gestão financeira, consumo de crédito, poupança, consumo planejado. percepção acerca do recebimento dos programas sociais

A aplicação do questionário foi feita presencialmente, na sede do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), ocasião na qual as famílias beneficiárias estavam sendo convocadas para uma atualização cadastral. Desse modo, é válido salientar, que devido ao atual contexto, o número de famílias que compareciam era reduzido, uma média de oito famílias, por dia, visto que houve uma determinação da vigilância epidemiológica do município. Quem era convocado, necessariamente, o responsável familiar. A referida coleta de dados foi feita durante o mês de abril de 2021. Dessa forma, foi contabilizado um total de 110 famílias, que responderam o questionário. A própria pesquisadora encarregou-se de transcrever as respostas, visto que nenhum sujeito demonstrou insatisfação ou negação para informar os referidos dados, dada a garantia de todo o sigilo necessário e fundamental em um trabalho científico. Menciona-se que o questionário segue no anexo A.

4. ANÁLISES DOS DADOS

O questionário, que serviu de base para a coleta dos dados foi estruturado em três grandes campos (perfil/composição de cada família, renda familiar e educação financeira, este último tópico foi subdividido em subtópicos (gestão financeira, consumo de crédito, poupança e consumo planejado).

4.1. Perfil/composição familiar

Como já foi ressaltado o tópico inicial do questionário foi pautado em perguntas, cuja função, foi a coleta de dados sobre o perfil de cada família. Nesse sentido foram feitas seis perguntas, conforme descritas abaixo, na mesma ordem que se apresentam na referida tabela.

Tabela 01- Perfil dos Respondentes

VARIÁVEIS	RESULTADOS
Gênero	Masculino – 10,81% Feminino – 89,19%
Faixa etária	De 16 e 20 anos – 3,61% De 21 a 30 anos – 27,02% De 31 a 58 anos - 69,37%
Grau de escolaridade	Fund. Incompleto – 49,55% Fund. Completo - 11,71% Médio- 36,94% Superior - 1,80%
Estado civil	Solteiro(a) – 27,03% Casado(a) – 69,37% Divorciado(a) – 2,70% Outros – 0,90%
Número de Integrantes da família	1 integrante: 3,60% 2 a 4 integrantes: 18,91% 5 a 8 integrantes: 75,69% Acima de 8: 1,80%
Quantidades de filhos	Não – 9,90% Sim, até 02: 66,67% Sim, 3 a 5: 23,43% Acima de 5: 0%
Número de filhos na escola	Nenhum: 13,26% 1: 45,93% 2 a 3: 36,73% 3 a 5: 4,08%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Os dados referentes a composição e/ou perfil das famílias beneficiárias do referido programa, descritos na tabela 01, mostram que há uma predominância da mulher/mãe como a titular no respectivo cadastro, isto é, 89,19%. Dado que corrobora com a pesquisa de Ângelo (2014) ao apontar que 93% dos titulares do respectivo benefício são mulheres. Ainda pode-se afirmar que há um amparo maior para esse público, que situadas em contexto de dificuldades para trabalharem formalmente, encontram-se muitas vezes “ocupadas” com as tarefas domésticas.

Ao observar a idade, percebe-se que a maioria são cidadãos de 30 a 58 anos, perfazendo um total de quase 70% dos entrevistados, especificamente 69,37%, o que pode dificultar o possível retorno para as salas de aulas e/ou capacitações. Corroborando com as ideias expostas por Camargo *et al* (2013), no qual argumentam que quando se analisa os arranjos familiares dos beneficiários do Bolsa Família, há essa tendência feminina, este percentual, segundo os autores pode indicar estratégias de sobrevivência das famílias mais vulneráveis, na medida em que a renda e a presença do cônjuge no domicílio, não existe, ou muitas vezes trabalha em outros ambientes. Parte dessa expressividade, também pode se explicar pela participação de mulheres com filhos e sem companheiro entre as famílias brasileiras, em especial entre as famílias de baixa renda.

No que se refere ao grau de escolaridade, quase a metade dos entrevistados (49,55%), afirmam possuir apenas o Ensino Fundamental Incompleto, embora

considere-se também uma boa porcentagem que possuem o Ensino Médio Completo (36,94%). E sobre esse ponto Ângelo (2014) afirma que a situação de pobreza pode trazer algumas consequências negativas para o indivíduo, entre elas a ausência da instrução educacional e/ou capacitação profissional, e a ausência de uma educação e conhecimento pode levar o sujeito a ter uma visão distorcida de seus possíveis problemas e de eventuais soluções.

O estado civil predominante é de famílias compostas por seus respectivos cônjuges (69,37%), embora haja também certa porcentagem, 27,03%, de pessoas que fazem parte do respectivo programa serem solteiros.

Na composição familiar, percebe-se que a maioria das famílias são formadas por mais de dois integrantes, isto é, de cinco a oito, perfazendo uma porcentagem de 75,69%, o que sugere que a maioria das famílias possuem filhos. No entanto, a quantidade de filhos, na amostra em foco, se mostra com uma predominância de até dois filhos (66,67%). Vale mencionar que houve também certo número de famílias com mais de dois filhos (3 a 5 filhos - 23,43%), e dos filhos que estão em idade escolar todos frequentam a escola, este sendo atualmente um requisito para a permanência das famílias no referido programa, qual seja, a frequência e permanência dos filhos em idade escolar, na escola.

Dessa forma, Ortiz; Camargo (2018), enfatizam que o programa em foco, está condicionado necessariamente ao cumprimento de algumas especificidades, e dentre elas, umas das mais importantes é a matrícula dos filhos na escola, trazendo assim melhorias no acesso e permanência das crianças nas escolas públicas, bem como na saúde das famílias atendidas. Na visão dos autores, o programa em foco tem proporcionado um grande ganho social ao elevar a frequência escolar, reduzir a mortalidade infantil, bem como diminuir os níveis de desnutrição, dessas mesmas crianças.

Nessa mesma perspectiva Ângelo (2014) aponta que ao trazer como requisito o acesso dos filhos a escola, o Bolsa Família tem como foco interromper o ciclo de pobreza no qual estão sujeitas muitas famílias brasileiras.

4.2. Renda familiar

Nesse tópico, composto por dez perguntas, as quais tinham como objetivo definir um padrão médio comum da renda, dos pesquisados. Os resultados encontram-se nas tabelas 02 e 03, abaixo.

Tabela 02 - Renda Mensal dos respondentes.

VARIÁVEL	RESULTADOS	
	Até um salário mínimo	Mais de um salário mínimo
Renda Mensal	99,10%	0,90%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os resultados elencados na tabela 02, evidenciaram que a renda mensal familiar dos beneficiários do Bolsa Família do município de Zabelê, quase a totalidade, 99,10%, dos respondentes indicaram que esta é de até um salário mínimo. Outro dado refere-se ao fato de algum indivíduo, dentro da composição familiar, exercer alguma atividade remunerada, conforme tabela 03, onde 59,45% afirmaram algum membro exerce atividade remunerada e 40,55% não têm outro meio de sobrevivência. Percebe-se assim, a fundamental importância do respectivo programa para a melhoria nas condições de vida desses indivíduos.

Tabela 03 - Dados sobre o recebimento dos programas sociais

VARIÁVEIS	RESULTADOS	
	SIM	NÃO
Existência de função remunerada	59,45	40,55%
Importância do Bolsa Família	92,80%	7,20%
Dificuldades no recebimento do Auxílio Emergencial	0%	100%
Recebimento do Auxílio Emergencial	100%	0%
Corte no Bolsa Família	0%	100%
Importância do Auxílio Emergencial na crise pandêmica	87,38%	12,62%
Outra fonte de renda (respondente da pesquisa)	33,33%	66,67%
Mudanças no padrão de vida	62,16%	37,84%
Perdas financeiras na pandemia	23,42%	76,58%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ao analisar a importância do Bolsa Família para a sobrevivência dos mesmos, 92,80% dos respondentes da pesquisa afirmam que o benefício é essencial. Mesmo que o benefício ainda seja necessário para a sobrevivência dessas famílias, pode-se reportar a sua importância, já que não havendo outros meios de subsistência, tal política pública vem cumprindo o seu papel, redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, amenizando a desigualdade social, já que com o acesso a algum tipo de renda os beneficiários possuem mais autonomia, poder de compra, melhorando significativamente a sua qualidade de vida, já que este também foi um dado coletado em nossa pesquisa. (MORAES; MAZZIONI, 2017).

Como todos os beneficiários do Bolsa Família, durante esse período de pandemia já estariam automaticamente aptos a receberem o Auxílio Emergencial, 100% dos entrevistados receberam o respectivo auxílio, como também não apresentaram nenhuma dificuldade para tal recebimento, muito menos houve algum tipo de corte, já que esses sujeitos já possuíam seus dados atualizados, via CadÚnico, e contas na Caixa Econômica Federal (órgão operador dos programas sociais do Governo Federal) específicas para esse recebimento.

Seguindo a mesma tendência do Bolsa Família, embora o Auxílio Emergencial tenha um caráter mais transitório, este foi essencial para manter a sobrevivência de 87,38% dos entrevistados, durante este período de crise pandêmica e consequente crise econômica. Ainda mais que 66,67%, admitiram não possuírem outras fontes de renda, isto é, a grande maioria dos sujeitos da pesquisa. Vale mencionar que esse percentual se refere ao respondente (chefe da família), porque quando foram perguntados sobre alguém, que pode ser outro membro do grupo familiar, ter outra fonte de renda o resultado apareceu o contrário (59,45% tendo sim), maioria possuindo, outra fonte de renda.

Dessa forma percebe-se, mesmo que poucas pessoas tenham indicado possuir alguma fonte de renda extra, houve sim mudanças negativas em seus padrões de vida, durante o cenário de pandemia, já que 62,16%, responderam que houve mudanças nesses aspectos, ligadas mais diretamente a questões de aumentos nos preços dos alimentos. Consequentemente algumas adaptações financeiras são inerentes a todo esse processo por qual passa toda a sociedade está vivenciando.

Quando questionados se houve alguma perda financeira e/ou fonte de renda durante o período de pandemia, a maioria pontuou que não (76,58%), dado que mostra

que como já são sujeitos de tantos recursos financeiros, necessariamente não há tantas possibilidades de mais perdas. Nesse sentido direcionou os sujeitos a responderem sobre perdas salariais, investimentos, empregos, falta do pagamento dos programas assistências, entre outros fatores que os indivíduos já possuíam, e que possivelmente poderiam ter perdido em virtude da pandemia.

4.3. Perguntas sobre gestão financeira

Esse tópico foi direcionado para os dados referentes ao modo de gerenciamento/controle, planejamentos dos gastos feitos pelos os indivíduos, sujeitos da pesquisa, isto é, analisa-se como as famílias beneficiárias do programa assistencial bolsa família, gerenciam seus orçamentos domésticos.

4.3.1. Gestão financeira

Nas tabelas a seguir, são apresentados os resultados referentes tanto ao gerenciamento das rendas dos respondentes, como também as possíveis melhorias trazidas pelo o Auxílio Emergencial na vida dos mesmos.

A partir da investigação quanto ao gerenciamento da renda pelos beneficiários, foi identificado, conforme os dados da tabela 04, que a maioria, 70,28%, não possui um controle de seus gastos a partir de anotações. A adoção de medidas simples, como por exemplo, um caderno, com todas as despesas fixas do ambiente doméstico, auxilia na tomada de decisões. Como bem pontua Borges (2013) a desorganização financeira pode ser um forte indício, que leva a pessoas a se endividarem, por exemplo. O mesmo ainda pontua que a educação financeira deveria ser matéria obrigatória nas escolas, sobretudo em classes menos favorecidas, já que são pessoas que dispõem, muitas vezes de poucos conhecimentos, e quem deveria se dar a conhecer como ganhar, gastar e poupar dinheiro.

Tabela 04 - Gerenciamento de Renda dos respondentes

VARIÁVEIS	RESULTADOS	
	SIM	NÃO
Anotações de gastos, despesas	29,72%	70,28%
Suficiência do Auxílio Emergencial	7,20%	92,80%
Participação de algum tipo de lazer	1,80%	98,20%
Pagamento de contas sem atraso	4,50%	95,50%
Obtenção de dívidas	48,64%	51,36%
Sobreviver sem o Bolsa Família	14,41%	85,59%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Nessa perspectiva, Johann; Braido (2017) afirmam que o orçamento doméstico para uma família começa com a adoção de algumas medidas bem simples, como um caderno, calculadora, lápis e caneta, ou até mesmo uma planilha eletrônica, em que serão anotadas todas as finanças. Dessa forma, todas as receitas, bem como todas as despesas, devem ser anotadas, do simples cafezinho até as maiores contas, para a partir de então passar a tomar decisões mais coerentes.

Nesse sentido, percebe-se que a maioria dos beneficiários, mesmo recebendo o benefício do Auxílio Emergencial, afirmam que o mesmo não seja suficiente para as

despesas básicas, pois 92,80%, afirmam que o mesmo não é suficiente. E dessa forma, inerentemente, não dispõem de recursos para outros aspectos, que não seja o necessário. Assim, 98,20%, admitiram não participarem de nenhum tipo de lazer.

Outro dado apontado pela pesquisa foi que a maioria dos entrevistados não consegue pagar as respectivas contas dentro do prazo, isto é, 95,50%, ressaltam que as pagam em atraso. O que pode gerar mais juros e mais despesas para essas famílias.

No entanto, não houve aumento nas dívidas da maioria das famílias, 51,36%. Embora 48,64%, dos respondentes tenham pontuado que adquiriram mais dívidas durante o ano passado.

Tabela 05 - Impactos do Auxílio Emergencial na vida dos respondentes

VARIÁVEL	RESULTADOS			
	Benefícios do Auxílio Emergencial	Melhorias na alimentação	Melhorias na saúde	Melhorias nas condições de moradia
	100%	1,80%	44,14%	44,45 %

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Em relação as melhorias trazidas com a concessão do Auxílio Emergencial, quatro pontos foram elencados (melhorias na alimentação, condições de moradia, saúde e pagamento de dívidas. No entanto 44,45 % também afirmaram que usaram o dinheiro do respectivo auxílio para o pagamento de dívidas. Nesse ponto, ressalta-se que o programa está cumprindo o seu devido papel, suprir as necessidades básicas de muitos brasileiros situados em contextos de pobreza. Assim 100% dos entrevistados ressaltaram que melhoraram as respectivas condições alimentícias, 44,14% melhoraram as condições de moradia e para 1,80% houve melhoria nas suas condições de saúde.

Há um consenso no que se refere a condições básicas de qualquer cidadão, o mínimo para a sobrevivência. O que se ratifica quando 85,59%, enfatizam que possivelmente não teriam condições de sobreviver atualmente, caso perdessem o Bolsa Família. Dessa forma, destaca-se a fundamental importância do respectivo programa de transferência de renda.

Como aponta Ângelo (2013) o programa em foco pode de alguma forma proporcionar as famílias melhorias em suas condições de vida, por outro pode trazer certa estagnação para esses mesmos sujeitos, representando assim o único meio a essas famílias de garantir o seu sustento, fazendo do auxílio um recurso indispensável, causado a elas uma total dependência. De modo que a classe menos favorecida, merece uma atenção diferenciada por parte dos governantes.

No entanto se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre o quanto os programas assistenciais do governo mudaram a vida de seus beneficiários, mas ao mesmo tempo quantos podem estar inertes, sem tantas perspectivas de mudanças, ponto este que necessitaria de mais estudos.

4.3.2. Consumo de crédito

A tabela 6 evidencia os resultados sobre o consumo, no qual se faz uso de cartão de crédito, por ser um instrumento, atualmente de fácil acesso, muitas vezes torna-se um mecanismo, no qual as pessoas contraem dívidas e/ou realizam compras. Ao serem questionados sobre o uso de tal instrumento uma pequena maioria (57,65%), admitiram que não utilizam. Já os outros (42,35%), afirmaram que fazem sim uso de tal

instrumento. No que se refere ao fato de fazer compras parceladas, mais uma vez uma pequena maioria respondeu que não (58,55%), enquanto que 41,45%, dos entrevistados responderam sim. E quanto ao conhecimento sobre os juros dos cartões de crédito, indicaram que têm conhecimento (75,68%). Com esses dados percebe-se que os respondentes afirmaram terem conhecimentos sobre os juros embutidos nos referidos cartões, embora necessariamente façam uso de tais instrumentos que possam gerar mais dívidas (compras parceladas e uso do cartão de crédito). Uma pequena maioria (57,65%) respondeu não se utilizar desses mecanismos de compra.

Nas palavras de Cardoso; Silva; Vicente (2018) uma das maiores questões no que se refere a alfabetização financeira é mostrar as pessoas de baixa renda que elas, muitas vezes, não estão preparadas para administrar suas finanças pessoais como eles acham que estão. E agindo assim podem contrair dívidas junto a diferentes serviços financeiros sem terem conhecimento de que estão realmente se endividando e comprometendo suas finanças que estão fazendo isso, e uma das modalidades mais recorrentes são os cartões de crédito.

Tabela 06 - Uso de Crédito

VARIÁVEIS	RESULTADOS	
	SIM	NÃO
Uso do cartão de crédito	42,35%	57,65%
Compras parceladas	41,45%	58,55%
Conhecimento sobre os juros dos cartões de crédito	75,68%	24,32%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

4.3.3. Poupança

Outro ponto relevante sobre o comportamento financeiro das referidas famílias são aspectos ligados a poupança. Nesse sentido, a grande maioria disse não conseguir poupar, mensalmente, tão pouco possuir alguma reserva financeira, em ambos os casos a porcentagem foi de 95,50%.

Tabela 07 - Atitudes financeiras referentes a poupança.

VARIÁVEIS	RESULTADOS	
	SIM	NÃO
Poupar dinheiro	4,50%	95,50%
Possuir poupança/Reserva financeira	4,50%	95,50%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Refletindo assim, o que já vem sendo discutido no andamento da pesquisa, para o fato de que a maioria desses indivíduos, estarem sobrevivendo apenas com o básico, não tendo condições que os façam poupar algum dinheiro e se preparem para situações emergenciais, ficando dependentes do auxílio estatal.

4.3.4. Consumo planejado

O consumo planejado são ações que impactam diretamente nas finanças de qualquer sujeito. Dessa forma, não significa limitar, ou deixar de gastar, mas controlar/gerenciar de maneira eficiente todas as receitas existentes em um determinado

grupo familiar, o que se exige também um engajamento de todos. A tabela a seguir aponta as variáveis sobre tal aspecto.

Tabela 08 - Consumo planejado dos respondentes

VARIÁVEIS	RESULTADOS	
	SIM	NÃO
Comparação de preços	99,10%	0,90%
Compras por necessidade ou impulso	97,30%	2,70%
Financiamento (compra de produtos mais caros)	100%	0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A maioria dos beneficiários declararam adotar medidas de comparações de preços ao realizarem uma compra, uma porcentagem de 99,10%. E ainda afirmaram comprar só por necessidade, (97,30 %), o que já exclui um fator determinante para a contração de dívidas, que é justamente o consumo ilimitado, por impulso, sem nenhum planejamento prévio. No entanto quando indagados sobre compras de produtos mais caros, os 100% dos entrevistados disseram preferir financiar tais produtos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância do controle e gerenciamento de renda nos contextos domésticos, especialmente nas famílias de baixa renda, o presente estudo teve como objetivo geral verificar quais os impactos dos benefícios sociais na renda familiar dos beneficiários. Desse modo, foi possível perceber que os beneficiários dos programas assistenciais, Auxílio Emergencial e Bolsa Família, têm contribuído para melhorias em suas condições de vida, embora ainda dependam fundamentalmente desse recurso para as suas sobrevivências.

No que se refere ao gerenciamento de suas rendas, os respondentes, em sua maioria, não anotam suas despesas, gastos e compras. Outro dado que ficou claro, a partir da pesquisa, é que o uso do cartão de crédito não é a prática mais adotada pela a maioria dos beneficiários, este visto como um dos fatores que geram mais dívidas.

Em relação ao fato de poupar dinheiro, mecanismo este também bem importante, que pode refletir uma boa organização financeira, foi outro aspecto que representou uma grande maioria, pois a maior parte dos respondentes, afirmaram não poupar, tão pouco dispor de nenhuma reserva financeira.

Verifica-se que há a necessidade de políticas públicas mais efetivas, que tenham como interesse a não dependência exclusiva dessas famílias desses programas de transferências de renda, ou ainda mais definição de estratégias que possam auxiliá-los com os seus orçamentos domésticos.

A pesquisa apresentou limitações no que se refere a coleta dos respectivos dados, tendo em vista, o distanciamento social diante do contexto pandêmico, o que impediu de atingir um número maior de famílias.

Dessa forma, o estudo trouxe relevantes contribuições ao apresentar e analisar como é feito o gerenciamento financeiro das famílias, que fazem parte dos programas assistenciais do já referido município, e nesse enfoque suscitar discussões e futuras pesquisas que sejam norteadas pela referida temática. Nesse sentido ampliou-se as discussões sobre a importância da educação financeira, nas famílias de baixa renda, cujo intuito seja justamente a busca de decisões mais eficientes no uso de seus recursos financeiros. Outro ponto fundamental foi trazer os impactos, as melhorias que tais programas sociais trazem para seus respectivos usuários.

Como sugestões para pesquisas futuras, tem-se a ampliação do estudo para outras regiões, a fim de comparar e identificar novos achados a respeito da eficácia direta que os programas sociais têm trazido para as famílias brasileiras, bem como seus impactos econômicos e sociais. E por fim, analisar como a educação financeira direcionada para as famílias de baixa renda, pode trazer melhorias significativas no gerenciamento de suas respectivas rendas, de modo a contribuir para o avanço da literatura na área.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Alisson Aline Martins. *O Impacto Social do Programa Bolsa Família no Município de Cacoal-RO*. Artigo apresentado a Universidade Federal de Rondônia, 2014. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/browse?type=author&value=Angelo%2C+Alisson+Aine+Martins>. Acessado em 10/03/2021.

BORGES, Paulo Roberto Santana. *A Influência da Educação Financeira Pessoal nas Decisões Econômicas dos Indivíduos*. Artigo Científico apresentado ao VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Universidade Estadual do Paraná, outubro, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS_COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf. Acessado em 22/03/2021.

BRASIL. *LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/110.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202004.&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art.. Acessado em 10/03/2021.

_____. *LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm Acessado em 10/03/2021.

CAMPOS, Daniel de Souza. *O Cadastro Único na Pandemia do Coronavírus: panorama da (dês) proteção social*. In: MOREIRA, Elaine. *et al.* Em tempos de Pandemia: Propostas para a defesa da vida e dos direitos sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acessado em 08/04/2021.

CARDOSO, Daniel Almeida; SILVA, Dr. Dany Rogers Silva; VICENTE, Dr. Victor. *O Comportamento e a Atitude Financeira em Famílias de Baixa Renda*. FACES-UFU, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26980/3/ComportamentoAtitudeFinanceira.pdf>. Acessado em 22/03/2021.

CARDOSO, Bruno Baranda. *A Implementação do Auxílio Emergencial como Medida Excepcional de Proteção Social*. Revista de Administração Pública. ISSN: 1982-3134. Artigo recebido em 30 abril de 2020 e aceito em 19 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200267> Rio de Janeiro 54(4):1052-1063, jul. - ago. 2020.

CASAGRANDE, Diego José. *A Importância da Contabilidade como Ferramenta Gerencial nos Processos Estratégicos e Decisórios das Organizações*. IV Simpósio de Tecnologia da Fatec – Taguarintiga. v. 4 n. 1 (2017): IV SIMTEC. Disponível em: [file:///C:/Users/WINDOWS7/Downloads/249.Arquivo%20do%20artigo%20DOC_DOCX-1292-1-10-20180522%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/WINDOWS7/Downloads/249.Arquivo%20do%20artigo%20DOC_DOCX-1292-1-10-20180522%20(2).pdf). Acessado em 21/04/2021

CASONATO, Lucas; CORRÊA, André Luiz; PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. *O Bolsa Família no Enfrentamento da Pobreza e na Sequência Histórica das Grandes Políticas Econômicas Brasileiras: suas condições de possibilidade*. Revista: *Leituras de Economia Política*, Campinas, (26), p. 77-94, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3655/Artigo5A.pdf>. Acessado em 22/03/2021

COELHO, Joice. *CONTABILIDADE DOMÉSTICA: Orçamento familiar*. Disponível em: <https://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/-JOICE-COELHO2.pdf>. Acessado em 10/03/2021.

COSTA, Simone da Silva. *Pandemia e Desemprego no Brasil*. Rev. Adm. Pública vol.54 no.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2020 Epub Aug 28, 2020. DOI: 10.1590/0034-761220200170. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400969

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain. et al. *A Importância da Educação Financeira para a Estabilidade Econômica e Independência Financeira de Pessoas de Baixa Renda*. F A E, C u r i t i b a. Edição Especial, v. 1, p. 93-102, 2016. Disponível em: www.fae.org.br. Acessado em 09/04/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/zabele.html>. Acessado em 10/03/2021.

JOHANN, Bruno Luís; BRAIDO, Gabriel Machado. *Comportamento Financeiro Pessoal de Alunos do Terceiro Ano Noturno do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino da Cidade de Lajeado/RS*. Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 9, n. 1, 2017. ISSN 2176-3070 DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v9i1a2017.1240> www.univates.br/revistas. Disponível em: <file:///C:/Users/WINDOWS7/Downloads/1240-2392-1-PB.pdf>. Acessado em: 27/04/2021

LANZA, Daniely Ribeiro et al. *Educação Financeira para o Público de Baixa Renda*. São Paulo, 2020. Disponível em: http://www.etcct.com.br/2019/pdf/tcc/2020/02/admc/04_educacaofinanceira.pdf. Acessado em 10/03/2021.

MORAES, Luciane Teresinha de; MAZZIONI Sady. *A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO*, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Luciane-Teresinha-de-Moraes-Artigo.pdf>. Acessado em 27/04/2021

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Universidade Federal de Goiás. Catalão – GO, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acessado em 22/03/2021.

ORTIZ, Lúcio Rangel Alves; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. *Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa Família*, 2018. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsa-familia.pdf>. Acessado em 26/04/2021.

QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. *O AVANÇO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO EFEITOS DA CRISE DA COVID-19 E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL*. Revista: Boca. Ano II | Volume 2 | Nº 6 | Boa Vista | 2020 <http://revista.ufrr.br/boca>. ISSN: 2675-1488. <http://doi.org/10.5281/zenodo.3833203>

ROCHA, Sônia. *O Programa Bolsa Família: Evolução e Efeitos sobre a Pobreza*. Revista Economia e Sociedade. Campinas, v. 20. Nº 01 (41). p. 113 a 119, Abril, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000100005. Acessado em 10/03/2021.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; PINTO, Nelson Guilherme Machado. *COMPORTAMENTO FINANCEIRO DO ESTUDANTE: AVALIAÇÃO DA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO*. ForSci.: r. cient. IFMG, Formiga, v. 7, n. 2, e00650, jul./dez. 2019. DOI: 10.29069/forscience.2019v7n2.e650 Recebido em: 13/03/2019 Aprovado em: 15/10/2019 Publicado em: 03/01/2020. Disponível em: <file:///C:/Users/WINDOWS7/Downloads/650-Texto%20do%20Artigo-3290-4-10-20200103.pdf>. Acessado em: 27/04/2021

SILVA, MARIA DE LOURDES DA. *Contabilidade Pessoal: Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas*. Florianópolis – SC – 2007. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292629.pdf>. Acessado em 22/03/2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de Pesquisa*. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf. Acessado em 22/03/2021.

ANEXO – A – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONETRIO
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
 CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO

1- PERFIL/COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1. Responsável financeiro pela família (respondente): Pai Mãe
 Outro. Qual? _____
2. Idade: _____ Grau de escolaridade: _____
3. Estado Civil: Casado (a) Solteiro (a) Divorciado (a)
 Viúvo (a)
4. Quantas pessoas compõem a sua família: _____
5. Você (s) possuem filhos? Sim Não . Especifique a quantidade: _
6. Se houver filhos, quantos frequentam a escola: _____

2- RENDA FAMILIAR

1. Qual a média de sua renda mensal? Até um salário mínimo
 Mais de um salário mínimo
2. Alguém em sua família exerce alguma atividade remunerada? Sim
 Não; Se sim, especifique: _____
3. Qual a importância do Bolsa Família para sua sobrevivência? É
 apenas uma renda extra Essencial para sua sobrevivência
4. Você teve dificuldade em ter direito ao recebimento do Auxílio
 Emergencial?
 Sim Não
5. Conseguiu receber o auxílio emergencial? Sim Não
6. Seu benefício (Bolsa Família) foi cortado durante este período de
 pandemia?
 Sim Não

7. O Auxílio Emergencial foi essencial para manter a sobrevivência, durante este período de crise pandêmica e consequente crise econômica?

Sim Não; apenas reforçou a renda familiar

8. Você possui outras fontes de renda? Sim Não

9. Com a pandemia houve mudança no seu padrão de vida? Sim

Não. Se houve mudança, especifique o tipo: _____

10. Alguém de sua família perdeu alguma fonte de renda, em virtude da pandemia?

Sim Não. Caso a resposta seja afirmativa, especifique: _____

3- PERGUNTAS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3.1 Gestão Financeira

1. Anota em algum local os seus gastos, suas despesas? Sim Não

2. O valor recebido referente ao Bolsa Família, mensalmente, é suficiente para as suas despesas básicas (alimentação, saúde, energia elétrica, gás)? Sim

Não

3. Você e sua família participam de alguma forma de lazer? Sim

Não

4. Consegue pagar suas contas sem atraso? Sim Não

5. Durante o ano de 2020, no cenário pandêmico, você contraiu mais dívidas? Sim Não

6. Quais os benefícios obtidos, a partir do aumento dos valores recebidos, a partir do Auxílio Emergencial (Pode marcar mais de uma opção)?

Melhorias na alimentação;

Melhorias na Saúde;

Melhorias na educação dos filhos;

Possibilitou investir . Se sim, qual: _____

Melhorias nas condições de moradia;

Pagamento de dívidas;

Atendeu apenas as necessidades básicas;

Auxiliou na obtenção de emprego;

7. Se você, hoje, perder o Bolsa Família, conseguiria sobreviver, com outras possíveis fontes de renda? () Sim () Não

3.2 Consumo de Crédito

1. Faz uso de cartão de crédito? () Sim () Não
2. Faz compra parcelada? () Sim () Não
3. Você sabia que cartões de crédito, compras parceladas têm juros?
() Sim () Não

3.3 Poupança

1. Você consegue poupar algum dinheiro mensalmente? () Sim () Não
2. Possui alguma reserva financeira? () Sim () Não

3.4 Consumo Planejado

1. Você compara preços ao fazer compras? () Sim () Não
2. Compra só por necessidade ou por impulso? () Sim () Não
3. Quando você precisa comprar algo mais caro, financia ou prefere juntar dinheiro para comprar a vista? () Sim () Não

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me permitir chegar a concretização de mais um sonho, sem a fé que tenho em ti, não teria forças para chegar até aqui. Aos meus pais, seu Antônio Vidal e dona Antônia Vidal, que são tudo mim. Nada do que escreveria aqui seria suficiente para descrever a gratidão que tenho em ser filha de dois nordestinos tão fortes, que criaram seus 5 filhos (um in memoriam) tirando o nosso sustento dessa terra castigada pela seca, mas que não mediam esforços quando o assunto era os filhos, meu pai é símbolo de fibra e persistência, minha mãe de cuidado e coração generoso.

A minha irmã Sebastiana Aparecida que esteve comigo o tempo todo, e foi uma das bases para a concretização deste sonho, que a luz da sua sabedoria emane cada vez mais.

A meus irmãos Sebastião e João Paulo que mesmo distante são esteios de sustentação e torcida.

Ao meu amor Edvandro Freitas pela parceria e companheirismo nas lutas pelos meus sonhos.

Aos amigos que a faculdade me presenteou e que levo para vida: Tallita Prata, Jailma Laurindo, Dayane Soares, Thais Silva, Erica Paloma, Fagne Guilherme, Renata Oliveira, Mickeline Araújo, Michael Messias, e todos os demais colegas que tive a oportunidade de trocar experiência ao longo do curso.

Ao campus VI - UEPB - Monteiro, professores, coordenação, pessoal de apoio, meu muito obrigada.

A minha orientadora Aluska Ramos de Lira que conduziu o trabalho com paciência, dedicação, profissionalismo, competência, sempre disponível a compartilhar todo o seu conhecimento durante esse período que trabalhamos juntas, meu muitíssimo obrigada.